

As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro

The relations between Solidarity Economy and Community-based Tourism in the State of Rio de Janeiro

Bruna Ranção Conti¹

Luiz Ricardo Villela Gonçalves da Rocha²

Natália de Nery Viteze³

Este artigo foi recebido em 30 de ABRIL de 2018 e aprovado em 27 de AGOSTO de 2018

Resumo: O movimento do turismo de base comunitária (TBC) está baseado na autogestão e no cooperativismo, buscando a valorização da cultural local, princípios que se assemelham aos adotados pelo movimento da economia solidária (Ecosol). Assim, no presente artigo, busca-se articular as conexões teóricas existentes entre esses modelos alternativos de desenvolvimento e identificar as interações dos movimentos da Ecosol e do TBC no contexto do estado do Rio de Janeiro. Para alcançar o objetivo pretendido, na metodologia, envolveu-se na pesquisa documental dos planos nacional e estadual de Ecosol do Rio de Janeiro, no acompanhamento das reuniões dos fóruns estadual e municipal de Ecosol, na identificação dos empreendimentos econômicos solidários que se declaram como prestadores de serviços turísticos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), e na criação de um banco de dados com as experiências de TBC já levantadas no estado do Rio de Janeiro. Os resultados alcançados confirmam a convergência teórica entre os movimentos, principalmente na crítica ao modelo econômico vigente e nos princípios que devem ser seguidos por eles, mas revelam seu distanciamento na prática, uma vez que o turismo muitas vezes não é reconhecido e contemplado nas ações da economia solidária.

Palavras-chave: economia solidária, turismo de base comunitária, Rio de Janeiro

Abstract: The Community-based Tourism movement is based on self-management and cooperativism while seeking the appreciation of local culture. These principles are related to the ones used on the movement of Solidarity Economy. Therefore, this academic article investigate the theoretical relations between Solidarity Economy and Community-based Tourism, and to identify the possible connections among these two alternative development movements in the Rio de Janeiro State (RJ). To reach this objective, the methodology includes: documental research on the Solidarity Economy in RJ state and national plans, attending and monitoring the Solidarity

¹ Doutora em Políticas Públicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro), bacharel em Turismo (Universidade Federal de Juiz de Fora), professora adjunta do curso de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. **E-mail:** bruna.conti@unirio.com

² Graduando em Turismo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. **E-mail:** luizrvgr@hotmail.com.

³ Graduanda em Turismo (Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro — UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. **E-mail:** nataliaviteze@gmail.com.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Economy municipal and state meetings, collecting data from tourism related businesses registered on the national register of solidarity economy and creating a database of Community-based Tourism enterprises in the RJ State. The results achieved confirm the convergence theoretical between these two movements, especially when they criticise the current economic model and its principles. However, they differ in experience, since tourism is still very little understood by the Solidarity Economy movement.

Key words: solidarity economy, community-based tourism, Rio de Janeiro State

1. Introdução

No Brasil, as discussões teóricas acerca da economia solidária (Ecosol) iniciaram-se na década de 1980, mas se intensificaram na década seguinte em face do surgimento dos “excluídos do sistema” (SINGER, 2002). Esse movimento surge, portanto, em um contexto de crítica ao modelo neoliberal, às privatizações, à desregulamentação da economia, ao crescimento da competitividade, associado ainda ao fortalecimento dos movimentos sociais. Alguns de seus conceitos basilares são a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a justa distribuição dos resultados, o desenvolvimento de capacidades, a participação ativa de todos nos processos de desenvolvimento e a responsabilidade ambiental (SINGER, 2002; 2006; 2008).

A ideia geral de que novos empreendimentos ou empresas do capitalismo tradicional, recuperadas por seus trabalhadores, poderiam ser geridas pelos sócios de forma mais democrática, levando em consideração não apenas o lucro, mas todos os benefícios que poderiam desencadear para os envolvidos e sua comunidade, muito se assemelha com as iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) em curso no País.

Essa nova forma de pensar-se o desenvolvimento do turismo que o considera como fenômeno social pode desencadear impactos positivos e negativos no que diz respeito à valorização da cultura local, ao empoderamento e à participação dos moradores locais no planejamento e na gestão do próprio desenvolvimento e, ainda, no que diz respeito à coesão social. Assim, para o TBC, o turismo deixa de ser mera atividade econômica nos moldes de um capitalismo selvagem, para assimilar os princípios da cooperação na gestão dos empreendimentos da própria localidade, as territorialidades locais como elementos fundamentais para a criação de valor turístico e o protagonismo da população local na busca por um desenvolvimento endógeno.

No entanto, a hipótese deste trabalho é a de que, apesar das convergências, o turismo de base comunitária não está atualmente representado no movimento da economia solidária, ou seja, os empreendimentos turísticos reconhecidos pela população e pela academia como de base comunitária não são reconhecidos como empreendimentos econômicos solidários, não sendo contemplados pelas políticas de fomento, incentivo e divulgação desses empreendimentos, além de não terem representação nos fóruns da economia solidária.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

No estado do Rio de Janeiro, essa constatação é previamente possível ao conversar-se com representantes dos movimentos municipal e estadual da economia solidária, apesar de ainda não existir uma pesquisa formal capaz de demonstrar tal problemática/potencialidade. Assim, com base no breve relato apresentado, objetiva-se com este trabalho mapear a relação teórica entre a Ecosol e o TBC e identificar possíveis conexões entre esses movimentos no estado do Rio de Janeiro (RJ), no campo social e no de políticas públicas. Nos objetivos específicos do trabalho, compreende-se identificar os empreendimentos econômicos solidários presentes no estado do Rio de Janeiro e as experiências de turismo de base comunitária ali inseridas, analisar em que nível o turismo se inclui no movimento da economia solidária e as aproximações entre os empreendimentos de TBC e Ecosol, discutir sobre a contribuição da economia solidária para o fortalecimento e expansão do turismo de base comunitária.

Para tanto, a metodologia envolveu: 1) pesquisas bibliográficas sobre economia solidária e turismo de base comunitária; 2) pesquisas documentais nos planos nacional e estadual de Ecosol do Rio de Janeiro, a fim de identificar se apresentam o turismo como atividade a ser fomentada no âmbito das políticas públicas de economia solidária; 3) acompanhamento das reuniões dos fóruns estadual e municipal de Ecosol, realizadas no município do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2017, totalizando sete encontros (três do fórum municipal e quatro do estadual), a fim de identificar a existência de empreendimentos relacionados com o turismo que estejam nesses espaços de negociação; 4) identificação dos empreendimentos econômicos solidários que se declaram como prestadores de serviços turísticos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL); 5) criação de um banco de dados com as experiências de TBC já levantadas no estado do Rio de Janeiro, a fim de possibilitar o cruzamento de dados entre os empreendimentos (formais e informais) de Ecosol e TBC existentes.

Vale ressaltar que o CADSOL, gerenciado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tem como base as atividades econômicas cadastradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e configura-se atualmente como o banco de dados da economia solidária. Vale lembrar que a solicitação de cadastro de um empreendimento no CADSOL é realizada de forma voluntária e eletrônica, e o próprio requerente é responsável por informar as atividades econômicas que seu empreendimento (formal ou informal) realiza, assim como os dados referentes à forma de gestão. Posteriormente, a solicitação é encaminhada para avaliação de uma comissão municipal ou estadual criada para essa finalidade, composta por representantes governamentais e do movimento de Ecosol. Por fim, os empreendimentos aceitos recebem um número de cadastro nessa plataforma. Para a identificação dos empreendimentos econômicos solidários relacionados com o turismo, foram consideradas as atividades econômicas que estão elencadas pelo Ministério do Turismo (MTur) como Atividades Características do Turismo (ACTs), uma vez que para essa definição o MTur leva também em consideração a CNAE.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Com relação à sexta etapa metodológica, destaca-se que envolveu a criação de uma base de dados para reunir empreendimentos e experiências de turismo de base comunitária inseridas no estado do Rio de Janeiro, compreendendo: a) análise dos anais dos eventos “Encontro Nacional de Turismo de Base Local” e “Seminário ANPTUR”, a fim de identificar possíveis relatos sobre experiências de TBC e pesquisadores que se dedicam a essa temática no estado do Rio de Janeiro⁴; b) identificação das experiências listadas no livro *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares* (BARTHOLO *et al.*, 2009) e dos autores que compõem esta publicação; c) pesquisa na base de dados de livros e artigos em periódicos científicos — *Publicações de Turismo* (<http://publicacoesdeturismo.com.br/>), considerando as palavras-chave “turismo de base comunitária”, “turismo comunitário”, “turismo de base local” e “turismo solidário”; d) divulgação da pesquisa no *Facebook*, em grupos de pesquisadores do tema e na página do *TurisData-RJ*, programa que reúne dados sobre a realidade turística do estado do Rio de Janeiro (<https://www.facebook.com/turisdata.rj/>), para que pesquisadores interessados em contribuir com a criação da base de dados possam manifestar-se; e) criação de um formulário para identificação de empreendimentos e experiências de TBC no Rio de Janeiro, enviado por *e-mail* aos pesquisadores identificados nas etapas anteriores, possibilitando ainda que se identificassem outros possíveis colaboradores a essa etapa da pesquisa. Nesse formulário, compreenderam-se três perguntas voltadas à apresentação do pesquisador e oito destinadas à descrição dos empreendimentos/experiências de TBC no estado do Rio de Janeiro, de conhecimento dos pesquisadores.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das etapas metodológicas deste trabalho.

Quadro 1. Caminho metodológico da pesquisa

Etapa metodológica	Objetivo
1. Pesquisas bibliográficas	Discutir teoricamente os princípios da economia solidária e do turismo de base comunitária.
2. Pesquisas documentais	Identificar, nos planos nacional e estadual de Ecosol do Rio de Janeiro, a presença, ou não, do tema do turismo.
3. Acompanhamento das reuniões dos fóruns estadual e municipal de Ecosol	Identificar a existência, ou não, de empreendimentos relacionados com o turismo nesses espaços.
4. Análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários	Identificar empreendimentos econômicos solidários que se declaram como prestadores de serviços turísticos no estado do Rio de Janeiro.
5. Criação de um banco de dados com as experiências de TBC já levantadas no estado do Rio de Janeiro	Identificar entre os empreendimentos de Ecosol cadastrados no CADSOL aqueles que são também pertencentes ao TBC.

⁴ Vale destacar que o objetivo dessa ação não foi o de analisar o conteúdo dos artigos encontrados, mas realizar um levantamento de experiências de TBC já relatadas no estado do Rio de Janeiro.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Com base nas etapas metodológicas apresentadas, organizou-se este artigo em cinco seções, além da introdução. Na primeira parte, discorre-se sobre a economia solidária e apresenta-se um breve histórico de seu fortalecimento no Brasil. Na segunda seção, apresenta-se o turismo de base comunitária e alguns dos projetos que contribuíram para a formulação de políticas públicas para o TBC no País. Na terceira parte, realizam-se análises da relação teórica entre a economia solidária e o TBC no contexto nacional e do Plano Nacional de Economia Solidária. Na quarta seção, apresenta-se o estudo de como esses movimentos dialogam, atualmente, no estado do Rio de Janeiro, considerando-se a análise sobre o Plano Estadual de Economia Solidária, os dados encontrados no CADSOL e na base de dados sobre as experiências de TBC e as participações nos fóruns municipal e estadual de Ecosol. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

2. Economia solidária

“Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9). Essa afirmação do economista Paul Singer baseia-se na ideia de que a competição, atualmente presente no âmbito do capitalismo, é a responsável por gerar e, cada vez mais, intensificar uma série de desigualdades, seja porque a empresa capitalista não possibilita o crescimento daquelas que buscam inserir-se em um mercado já consolidado, seja porque as pessoas que dominam as capacidades necessárias à competição, capacidades que lhes foram transmitidas durante a vida, terão sempre uma vantagem competitiva em relação àquelas socialmente excluídas.

No contexto histórico de surgimento da economia solidária, a cooperativa é retratada como a primeira forma de organização dos empreendimentos solidários, surgindo no início do século XIX como principal saída à grave crise econômica decorrente do capitalismo industrial. Assim, o movimento cooperativista fortalece-se com a expansão dos sindicatos, na tentativa de transformar os trabalhadores assalariados em proprietários do capital e dos modos de produção, organizados na forma da autogestão. Nesse sentido, enquanto o modo de produção capitalista baseia-se na propriedade privada do capital, o modo de produção de uma economia solidária é a propriedade coletiva ou associada desse capital. Para facilitar o entendimento, a seguir, apresenta-se um quadro resumido das principais diferenças e semelhanças que podem ser encontradas nesses dois modos de organização da economia.

Quadro 2. Diferenças e semelhanças entre empreendimentos capitalistas e de economia solidária

DIFERENÇAS:	
1.	Objetivos: objetiva-se, na empresa capitalista, maximizar os lucros. Na economia solidária, garantir boas retiradas para todos, promover o trabalho e a renda, e reforçar a solidariedade entre os sócios.
2.	Repartição dos ganhos: na empresa capitalista, os lucros são revertidos aos donos e acionistas da empresa. Na economia solidária, as sobras são repartidas entre todos os sócios de acordo com regras estabelecidas em assembleia.
3.	Formas de administração: na empresa capitalista, aplica-se a forma hierárquica de gestão (heterogestão) e as decisões são tomadas de cima para baixo. Na empresa solidária, a administração democrática (autogestão), as decisões são tomadas em assembleias e todos têm direito a um voto.
SEMELHANÇAS:	
4.	Liberdade Individual.
5.	Salários escalonados: nos empreendimentos econômicos solidários, os trabalhadores podem receber salários desiguais, de acordo com a valorização da função no mercado; mas as diferenças são muito menores que as praticadas nas empresas capitalistas.

Fonte: Elaboração própria com base em Singer (2002; 2006).

Retrata-se a década de 1930, na literatura, como a mais importante para o desenvolvimento da economia solidária mundialmente, o que não se propaga nas décadas seguintes. Nas décadas de 1940 a 1970, vigorou a ideia de que o trabalho assalariado poderia ser capaz de proporcionar ao trabalhador benefícios que o elevariam ao patamar de “cidadão”⁵, e a economia solidária perdeu a força como alternativa ao sistema capitalista. Tais benefícios compensariam a posição subordinada e alienada que os trabalhadores ocupavam na produção (SINGER, 2002; 2008).

No entanto, o mesmo não se percebe nas décadas de 1980 e 1990. Com o desemprego em massa e a transferência das indústrias para países desindustrializados, o trabalho assalariado formal enfraqueceu. Além disso, os trabalhadores que permaneceram nos empregos tiveram de aceitar piores condições de trabalho. Nesse contexto, o programa da economia solidária renasceu e fundamentou-se “na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112).

No contexto brasileiro, a década de 1980 foi também primordial para o fortalecimento da economia solidária. A redemocratização do País impulsionou os movimentos sociais voltados aos interesses comuns e as construções organizacionais coletivas foram reconhecidas na esfera pública. Esses movimentos sociais foram apoiados por iniciativas da igreja católica, predominantemente em ambiente rural, e por associações,

⁵ O termo “cidadão” deve ser entendido, nesse caso, como o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado e no desempenho dos deveres.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

universidades e sindicatos, no meio urbano, que inovaram ao propor soluções às demandas sociais por meio da auto-organização popular, adotando princípios democráticos e cooperativos na organização (GAIGER, 2012).

No âmbito da igreja católica, a entidade Cáritas Brasileira foi uma das principais a alavancar o movimento da economia solidária no País, financiando milhares de projetos alternativos comunitários, em que boa parte se transformou em unidades de economia solidária, alguns dependendo de ajuda caritativa e outros consolidados economicamente (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Além disso, o movimento da Ecosol expressou-se, nacionalmente, por meio do resgate de empresas falidas, momento em que funcionários dessas empresas transformaram-nas em cooperativas autogestionárias, deixando de serem trabalhadores assalariados para firmarem-se como sócios do negócio. O movimento ganhou força em 1991, com a falência da empresa de calçados Makerli e sua retomada como cooperativa. Os trabalhadores que assumiram a Makerli, orientados pelos técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), criaram então a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. É possível ainda identificar vários outros exemplos de empresas recuperadas desde então. No caminho de consolidação das cooperativas no Brasil, o assentamento de milhares de famílias por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) gerou também a promoção de cooperativas de agricultura familiar autogestionárias (SINGER, 2002; 2006).

Outro componente da economia solidária no Brasil compreende as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que atendem a grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto. Essas incubadoras foram criadas como centros de tecnologia que tornariam disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados nas universidades públicas para gerar, por meio do suporte à formação e ao desenvolvimento de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania (SINGER, 2002; 2006). Atualmente, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criada em 1998, é formada por 62 incubadoras, presentes nas cinco regiões do Brasil.

No que diz respeito às políticas públicas brasileiras, a temática da economia solidária passou a compor, primeiramente, as agendas dos municípios, desde a década de 1990, com destaque para os governos situados à esquerda do espectro político. Os municípios de Porto Alegre, Belém, Recife e São Paulo foram os primeiros a implementar políticas públicas voltadas a essa questão. Em âmbito federal, foi criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e, no mesmo ano, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Pouco tempo depois das primeiras iniciativas de políticas públicas federais, foi realizado o primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, compreendendo o período de 2005 a 2007. A SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, organizou, a partir daí, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), e realizou, mais recentemente, o segundo mapeamento nacional da economia

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

solidária, contemplando o período de 2009 a 2013. No último mapeamento, foram identificados 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES), e a região nordeste é a que apresenta a maior parte deles. O espaço rural prevalece como área de atuação de mais da metade dos EES em âmbito nacional, e o Sudeste é a única região onde o número de empreendimentos na área urbana supera a área rural. Como forma de organização, os empreendimentos, as associações e os grupos informais prevalecem em todos os estados, tendo como principal atividade econômica a produção de bens (GAIGER, 2014).

Ainda de acordo com o último mapeamento da economia solidária no Brasil, o período posterior aos anos 2000 foi o mais propício à criação de EES, apesar de a ascensão não ter sido percebida nos últimos anos do período analisado (2011-2013). Gaiger (2014) discute que, na área urbana, esse crescimento no número de EES não está tão vinculado à falta de empregos formais, mas ao aumento da segurança econômica trazida pelo contexto mais geral, associado aos instrumentos e estímulos dos programas de apoio à economia solidária. No entanto, mais recentemente, alguns fatores tendem a dificultar a atuação dos empreendimentos: a coordenação da pasta da economia solidária por agente público não qualificado; a redução do orçamento da SENAES, que passa a ser uma subsecretaria; e a redução na quantidade de editais de fomento aos setores da economia solidária. Nesse cenário, o movimento da Ecosol encontra-se novamente em uma fase de articulação e mobilização, pressão social e resistência ante as decisões econômicas pautadas nas políticas neoliberais.

Tendo como base a breve discussão apresentada sobre economia solidária, a seguir, discute-se o tema do turismo de base comunitária, a fim de possibilitar, na terceira seção deste artigo, a análise das convergências entre princípios e históricos de formação.

3. Turismo de base comunitária

Por muitos anos, no Brasil, poucos pesquisadores dedicaram-se ao campo de estudo do turismo de base comunitária, pois significava uma realidade distante da vivenciada na academia. Até meados dos anos de 1990, poucas iniciativas conseguiram impulsionar pesquisas e políticas públicas para o TBC. Foi quando um conjunto de pesquisadores de diferentes regiões do País reafirmou o interesse pela discussão do assunto nos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL). Esse evento foi realizado, pela primeira vez, em 1997, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob a coordenação da professora Adyr Balastrieri Rodrigues⁶.

Dessa forma, para Irving (2009), é possível afirmar que, apenas recentemente, as produções, nessa área do conhecimento, ganharam força, o que coincide com o momento histórico em que o turismo, entendido

⁶ Informação disponível em: <http://www.sbectur.org.br/ENTBL2016/node/3>. Acesso em: 20 abr. 2017.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

apenas como mera atividade econômica, passou a sofrer uma série de críticas relacionadas com os impactos sociais, culturais e ambientais que ocasionou em diversos destinos mundiais e brasileiros.

Vale ressaltar que, na década de 1990, foi também um momento de fortalecimento da democracia no Brasil e das reivindicações pela ampliação da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão. É, ainda, momento de reconhecimento e divulgação dos diversos impactos ambientais ocasionados por um modelo de produção capitalista, e de reivindicação de novos modelos de desenvolvimento, de economia e de turismo. Assim, da mesma forma que as contradições do capitalismo criaram oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas baseadas na solidariedade e na autogestão, criaram-se também novas formas de pensar e planejar o turismo, para além dos modos de produção dominantes.

Nesse contexto, o TBC passa a ser fomentado quando o turismo é entendido também como uma alternativa para a inclusão e a participação social. Desde então, diversos projetos de turismo passaram a considerar o capital social e o envolvimento das partes interessadas (*stakeholder engagement*) como elementos fundamentais para a implementação de iniciativas. *Organizações não governamentais* de grande alcance incluíram o turismo em suas pautas, buscando impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, a participação dos atores sociais em todo o processo de planejamento e implementação, a repartição de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2009).

Não há, no entanto, um consenso quanto ao conceito de TBC. O protagonismo das "populações tradicionais" e dos trabalhadores rurais, pescadores e representantes das culturas indígenas é fator central para pensar-se esse modelo de turismo. Além disso, discute-se que tal turismo deve representar uma forma de visibilidade das mobilizações e resistências das comunidades em relação à utilização de seus territórios, o que demanda interlocução e pactuação constante de compromissos entre os diversos atores envolvidos no processo (BARTHOLO, 2009).

Segundo Mendonça e Irving (2004), a iniciativa do TBC tem também base endógena e resulta de grupos sociais que têm relação direta, cotidiana, material e simbólica com a localidade. No entanto, para elas, o objetivo do TBC não é o de tornar-se uma alternativa ao turismo de massa no sentido econômico. Vincula-se a uma nova filosofia sobre como pensar e realizar o turismo, podendo ser entendido como o "encontro" realizado com base em uma relação de compartilhamento e aprendizagem mútua entre o visitante e a população local.

Com relação aos princípios do TBC, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) discutem que os mais recorrentes na literatura são: a dominialidade (grau de domínio da comunidade sobre a propriedade e a gestão do turismo); a organização comunitária; a democratização de oportunidades e a repartição de benefícios; a integração econômica; a interculturalidade (no sentido de um intercâmbio cultural e troca de experiências entre visitantes e visitados); e a qualidade ambiental. Já para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), os princípios comuns ao TBC são: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local; e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos.

No que diz respeito à organização do turismo de base comunitária no Brasil, formalmente instituído em 2003, deu-se com a criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), pensada com base nas discussões empreendidas no âmbito de um programa de cooperação da Embaixada da França no Brasil no setor de economia solidária, que tinha como um de seus objetivos fomentar o debate sobre “turismo solidário” no Brasil. Com base nisso, a Rede passa a ser articulada, ainda que de maneira informal, por um grupo de sete iniciativas brasileiras de turismo comunitário (Projeto Bagagem; Acolhida na Colônia; Rede Tucum; Casa Grande; Saúde e Alegria; Mamirauá e Silves), apoiada pelo Instituto Virtual do Turismo (UFRJ), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁷.

Entre 2003 e 2007, a Rede manteve-se como um meio de comunicação entre seus participantes, mas não foram realizados projetos ou captados recursos para fortalecimento da iniciativa e fomento a empreendimentos de TBC. Em 2007, foi realizado um Encontro de Turismo Comunitário para retomar a consolidação da Rede Turisol e estabelecidas as seguintes linhas de atuação: formação e capacitação por meio de encontros e eventos; produção de conhecimentos por meio da elaboração de materiais didáticos, publicações e vídeos sobre os temas discutidos nos encontros; impulsão de políticas públicas de apoio ao TBC; e promoção e comercialização dos destinos e serviços contemplados na Rede⁸.

Essa consolidação foi ainda apoiada pelo edital 001/2008 do Ministério do Turismo, que tinha por objetivo apoiar as experiências de TBC em curso no País. Essa iniciativa foi considerada um passo importante rumo à implementação de políticas públicas de TBC em âmbito federal. De acordo com esse edital, foram selecionados projetos ligados à produção associada ao turismo, à qualificação profissional, à elaboração de planejamento estratégico e organização comunitária, à promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos e/ou ao fomento de práticas de economia solidária (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Como consequência, em 2010, a Rede Turisol teve como um de seus resultados a realização do I Encontro Nacional da Rede Turisol. No encontro, o fator comercialização foi identificado e discutido como um dos principais gargalos a ser enfrentado pelos empreendimentos de TBC, podendo ser a Rede a articulação necessária para que esses empreendimentos fossem capazes de conquistar espaços públicos de comercialização e promoção, além de apoio técnico à realização de seus serviços. No entanto, após a conclusão do projeto de apoio à Rede Turisol, financiado pelo MTur, ela novamente se desarticulou e se manteve inativa entre 2011 e 2014. De acordo com Mielke (2011), o caráter pontual do edital e a

⁷Informações disponíveis em: <http://www.projctobagagem.org/> Acesso em: 29 abr. 2017.

⁸ Informações disponíveis em: <https://www.projctobagagem.org/historico-1>. Acesso em: 29 abr. 2017.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

descontinuidade da política pública brasileira de turismo de base comunitária acabaram por criar mais barreiras do que fortalecer, de fato, a Rede.

Em 2014, com nova diretoria, o diálogo em rede foi reestimulado, e duas reuniões estratégicas foram realizadas — uma no Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) e outra no Instituto Virtual de Turismo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2015, foi realizado o II Encontro Nacional da Rede Turisol, em Brasília, em que se constituiu uma comissão transitória para gestão das atividades da Rede. Apesar de o documento final do encontro apontar ações que deveriam ser implementadas, como a sistematização dos princípios do TBC pela óptica dos participantes e a criação de um modelo de carta de intenção para que novos empreendimentos pudessem associar-se à Rede, não foi possível identificar desdobramentos desse encontro, na prática⁹.

Mais recentemente, em 2018, a Rede Turisol mobilizou-se para a realização do II Fórum Global sobre Turismo Sustentável, uma atividade autogestionária que compôs o eixo temático Democratização da Economia, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Salvador/Bahia. Os resultados das discussões foram compilados na *Declaração de Salvador*, que se apresenta como um documento de resistência aos modelos de desenvolvimento que fomentam o consumo inconsciente, a exploração do trabalho, a depredação dos recursos naturais, culturais e históricos, o racismo institucional, a violação dos direitos humanos; mas também como um documento que propõe caminhos para o turismo comunitário em detrimento às formas hegemônicas do turismo convencional. Esses caminhos passam pelo reconhecimento dos princípios da economia solidária e do turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local.

Na próxima seção deste artigo, serão apresentadas as considerações acerca das aproximações conceituais da Ecosol com o TBC, principalmente no que diz respeito aos princípios que devem ser seguidos por seus empreendimentos/experiências.

4. Turismo de base comunitária e economia solidária

Com base em breves discussões apresentadas nas seções anteriores, é possível entender que a economia solidária e o turismo de base comunitária apresentam diversos pontos de conexão em suas bases teóricas, em seus processos históricos de consolidação e em seus princípios. Vale destacar que a própria organização do TBC nasceu com base em um projeto de fomento à economia solidária, o que está evidenciado inclusive no nome da Rede Turisol (Turismo Solidário e Comunitário).

⁹ Informações disponíveis em: <http://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em: 29 abr. 2017.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Com relação aos princípios vinculados às duas discussões, apresenta-se no quadro a seguir esse comparativo, tendo como referência os princípios divulgados pelos órgãos oficiais de fomento ao TBC e à Ecosol.

Quadro 3. Princípios da economia solidária e do turismo de base comunitária

Princípios Ecosol	Princípios TBC
Autogestão	Autogestão.
Cooperação	Associativismo e cooperativismo. Centralidade da produção, parceria e participação.
Solidariedade	Democratização de oportunidades e benefícios.
Ação econômica	Protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos.
	Valorização da cultura local.

Fonte: Elaboração própria com base no documento Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública (MTUR, 2010) e no site da atual Subsecretaria Nacional de Economia Solidária.

A *autogestão* é um princípio basilar tanto da economia solidária, quanto do turismo de base comunitária, isso porque ambos os movimentos são de base endógena, ou seja, o protagonista na gestão das atividades econômicas é a própria população local, e as decisões são tomadas de forma coletiva. Os apoios externos ou os agentes indutores não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação. Como discutido por Silva *et al.* (2016), se por um lado a presença do agente indutor nas iniciativas de TBC pode representar a continuidade dessas experiências, por outro lado, a consequência de sua presença contínua é a relação de dependência que acaba por gerar entraves ao processo de articulação comunitária, descaracterizando o princípio de autogestão. Se, para Irving (2009), não é possível imaginar uma iniciativa de TBC resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais, Silva *et al.* (2016) avaliam que as iniciativas que se mantêm no decurso do tempo recebem apoio de agentes externos, como ONG's, Associações de Apoio e Universidades, principalmente por serem esses agentes os principais responsáveis pela captação de recursos financeiros ou financiamento de projetos por meio de editais, o que de fato aconteceu no âmbito do Projeto 001/2008 do MTur. Cabe a esses agentes a percepção sobre a necessidade do protagonismo social e do empoderamento dos atores locais.

O princípio da *cooperação* está também presente na Ecosol e no TBC, privilegiando o trabalho de forma colaborativa e os interesses e objetivos comuns, o que está também expresso no princípio *centralidade da colaboração, parceria e participação*. E essa organização coletiva do trabalho deve pautar-se na forma de associações e cooperativas.

A *solidariedade*, princípio da Ecosol, pode ser relacionada com o princípio *democratização de oportunidades e benefícios*, uma vez que ambos os movimentos defendem uma repartição justa dos benefícios econômicos gerados, pensando não apenas naqueles trabalhadores envolvidos nos

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

empreendimentos, mas também nos benefícios que podem ser gerados e distribuídos para todos aqueles inseridos em determinada sociedade. No âmbito das experiências de TBC o caráter da solidariedade apresenta-se no interior da própria comunidade e nas articulações de diferentes organizações e empreendimentos em redes de TBC, como a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) e a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM).

Já o princípio da *ação econômica* prevê que a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, que devem ser representadas por empreendimentos capazes de fortalecer economicamente as populações locais. Tais empreendimentos, no âmbito do TBC, traduzem-se na oferta de bens e serviços turísticos pelas próprias comunidades locais. Dessa forma, tanto a economia solidária, quanto o turismo de base comunitária devem ser, além de movimentos sociais, alternativas de promoção do desenvolvimento econômico de grupos ou comunidades.

Por fim, a *valorização da cultura local* complementa os princípios que conformam o TBC. Apesar da SENAES não fazer menção direta sobre a valorização da cultura local como princípio da economia solidária, ele está presente quando suas ações de fomento voltam-se para comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos) que revelam, nos modos de vida e nas identidades culturais, seus alicerces. Sendo, portanto, indissociável a questão cultural da questão econômica.

Com base na breve análise empreendida nesta seção, é possível afirmar que a Ecosol e o TBC dialogam no sentido de propor alternativas às formas convencionais de organização do trabalho, seja por meio de associações e cooperativas, ou de grupos informais que estão articulados para serem os próprios detentores dos meios de produção e os tomadores das decisões a serem implementadas. Nesse sentido, o TBC pode ser entendido como um campo da economia solidária, do ponto de vista teórico, pois prevê que as populações locais devem ser as responsáveis pela gestão do turismo e pela oferta de produtos e serviços consumidos pelos turistas.

No entanto, ao analisar-se o Plano Nacional de Economia Solidária (2015), evidencia-se que, no âmbito das políticas públicas, o turismo não é ainda devidamente reconhecido como parte integrante da economia solidária. Isso porque, no Plano, há apenas uma menção ao termo *turismo solidário*, na seção *Linhas de ação. Desenvolvimento das capacidades produtivas*, inserida no eixo *Produção, comercialização e consumo solidários*. Nessa linha de ação, prevê-se um programa de turismo solidário, voltado a povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de utilizar o potencial turístico local em prol do fortalecimento dos empreendimentos solidários inseridos nessas comunidades. No entanto, não foram identificadas ações quanto à implementação desse programa, apesar da SENAES ter lançado, desde então, diversos editais que poderiam ser acessados pelos públicos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Observadas as primeiras conexões entre o turismo de base comunitária e a economia solidária, principalmente do ponto de vista teórico, na próxima seção apresentam-se os resultados da pesquisa no estado do Rio de Janeiro, a fim de identificar as conexões práticas.

5. O caso do estado do Rio de Janeiro

No sentido de identificar possíveis conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro (RJ), a pesquisa envolveu, como descrito na introdução deste artigo, a análise do plano estadual de Ecosol do Rio de Janeiro; o acompanhamento das reuniões dos fóruns estadual e municipal de Ecosol, realizadas no município do Rio de Janeiro; a identificação dos empreendimentos econômicos solidários em que se declararam como prestadores de serviços turísticos no CADSOL; e a criação de um banco de dados com as experiências de TBC já identificadas no estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à análise do plano estadual, é possível identificar referências diretas e indiretas ao turismo de base comunitária. Como foi apresentado no tópico anterior, existem diversos pontos de conexão teórica entre os movimentos; assim, ficam evidentes referências indiretas ao TBC nos objetivos apresentados pelo plano estadual, principalmente no que diz respeito à valorização das comunidades tradicionais. Para além das referências indiretas, o Plano apresenta ainda uma referência direta ao TBC, quando descreve as prioridades relacionadas com as *comunidades tradicionais* (RIO DE JANEIRO, 2015), evidenciando que as atividades desenvolvidas por esses grupos estão conectadas à lógica do turismo de base comunitária. Com isso, uma das proposições do Plano inclui o fomento ao TBC pelos municípios e pelo estado do Rio de Janeiro, prevendo o mapeamento das experiências de TBC e a capacitação das comunidades para o desenvolvimento dele, garantindo que seu planejamento seja feito com a participação das comunidades e a valorização das práticas tradicionais. Apesar de alguns municípios, em maior ou menor grau, mostrarem-se engajados nesse processo, não foram identificadas ações estaduais no sentido de implementar as proposições citadas.

Além da análise documental, foram acompanhadas sete reuniões dos fóruns estadual e municipal de Ecosol, realizadas no município do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2017. A finalidade foi identificar a existência de empreendimentos relacionados com o turismo que estejam nesses espaços de articulação. O Fórum de Cooperativismo Popular do estado do Rio de Janeiro (FCP), também denominado Fórum Estadual de Ecosol, foi criado em 1996 e é uma articulação entre cooperativas, associações, grupos informais de produção e serviços e organizações não governamentais. A cada mês, o FCP reúne-se para que sejam trocadas informações e haja planejamento das ações, sendo composto por cerca de vinte membros, que representam os empreendimentos de Ecosol nos municípios. Já o Fórum de Economia Solidária do município do Rio de

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Janeiro (FES-RJ) foi criado em 2011 e reúne cerca de sessenta redes de empreendimentos inseridos no município¹⁰.

Como resultado dessa etapa, não se constatou a presença de empreendimentos de TBC nos fóruns, salvo poucos empreendimentos que apresentam no turismo uma de suas atividades secundárias, como aqueles que, em função da localização geográfica no estado, conseguem comercializar seus produtos (principalmente o artesanato) entre os turistas da região. Como exemplo, é possível citar o caso do projeto *Mulheres de Pedra*, uma articulação entre empreendimentos econômicos solidários comerciais, localizado no bairro de Pedra de Guaratiba, na zona oeste do Rio de Janeiro. Além de comercializar produtos artesanais e da agricultura familiar, o projeto conta com uma hospedagem solidária, apesar de não ser ela a principal atividade de fomento do projeto.

Na sequência, realizou-se um levantamento no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), uma base nacional dos empreendimentos da economia solidária¹¹. No estado do Rio de Janeiro, constatou-se a existência de aproximadamente quatrocentos empreendimentos cadastrados¹², embora apenas 16 se declarassem como prestadores de serviços que estão diretamente relacionados com o turismo, considerando-se para isso as Atividades Características do Turismo (ACTs) definidas pelo Ministério do Turismo. A seguir, apresenta-se um quadro com a compilação dos empreendimentos de Ecosol que se enquadram nas ACTs.

Quadro 4. Empreendimentos cadastrados no CADSOL X ACTs

Nome do empreendimento no CADSOL	Atividade característica do turismo (Subclasse)	Município do RJ
GRUPO DE CULINÁRIA COZINHA DO BEM	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
ASSOCIAÇÃO DAS PADEIRAS AUTÔNOMAS DO CANTAGALO	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
COOPERATIVA PRAIA VERMELHA	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://ecosolrj.wixsite.com/ecosolrj/biblioteca>. Acesso em: 4 abr. 2018.

¹¹ A base de dados do CADSOL foi disponibilizada em formato *excel* na Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho no estado do Rio de Janeiro, após solicitação formal.

¹² Foram identificados 426 empreendimentos econômicos solidários cadastrados na base do CADSOL. No entanto, há algumas repetições de empreendimentos, ocasionando uma redução na quantidade de cadastros.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
 COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
 MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
 JANEIRO**

CANTINA FLOR DAS DELÍCIAS	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
CANTINA CUCA LEGAL	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
MÃOS NA MASSA	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
OFICINA CULINÁRIA DOIDEIRA DOCES E SALGADOS	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
KI-DELICHE	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (ACT 56.11-2/03)	Rio de Janeiro
ORQUESTRA RAIZ DE DAVI	Produção musical (ACT 90.01-9/02)	Rio de Janeiro
JONGO DE PINHEIRAL	Produção de espetáculos de dança (ACT 90.01-9/03)	Pinheiral
CARA DA RUA	Produção de espetáculos de dança (ACT 90.01-9/03)	Miracema
TEATRO CIRCENSE ANDANÇA	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (ACT 90.01-9/04)	Petrópolis
ANTARES JAZZ BIG BAND	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (ACT 90.01-9/04)	Rio de Janeiro
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AUTÔNOMOS DA CIDADE E DO CAMPO	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (ACT 90.01-9/99)	São João de Meriti
ISPOAJ (ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS)	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (ACT 93.29-8/99)	Duque de Caxias
BUFFET ISAURA RAMOS (ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS)	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (ACT 93.29-8/99)	São Gonçalo

Fonte: Elaboração própria com base na análise do banco de dados do CADSOL.

Com base no quadro anterior, é possível perceber que os empreendimentos da Ecosol que se relacionam com as atividades características do turismo estão predominantemente localizados no município

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

do Rio de Janeiro e se concentram nas áreas de alimentação e produção cultural, principalmente atividades relacionadas com produção de espetáculos e organização de feiras e outros eventos. No entanto, é importante destacar que dos quatrocentos empreendimentos localizados no estado do Rio de Janeiro, 140 se autodeclararam como pertencentes ao setor de artesanato, que, apesar de não estar identificado como subclasse das ACTs, pode estar diretamente relacionado com turismo. Isso se justifica principalmente pelo fato de diversos desses empreendimentos apontarem, entre suas atividades principais, a confecção de suvenires, além de alguns pontos de comercialização, como as feiras de artesanato e economia solidária estarem localizadas em espaços de atração turística.

A fim de traçar um paralelo entre empreendimentos de Ecosol do Rio de Janeiro e empreendimentos/experiências de turismo de base comunitária, partiu-se para a criação de um banco de dados do TBC. Esse banco foi elaborado com base em uma série de ações descritas na introdução deste trabalho, entre elas a identificação das experiências citadas nos anais de todos os anos dos eventos Encontro nacional de turismo de base local e Seminário ANPTUR, e as experiências descritas no livro Turismo de base comunitária: diversidade de olhares (BARTHOLO et al., 2009). Além disso, foram utilizadas mídias sociais para mapeamento da Rede de TBC e dos pesquisadores da área no Rio de Janeiro. Com base nesse banco, foi possível mapear 36 experiências de TBC, formais ou não, inseridas em oito municípios do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Paraty, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Búzios e Magé), em que os municípios do Rio de Janeiro e de Paraty são os mais representativos.

As experiências de TBC identificadas inserem-se, principalmente, em aldeias indígenas, comunidades quilombolas, comunidades caiçaras e em algumas das favelas fluminenses, algumas vezes articulando diversos grupos em um mesmo projeto. Por conta disso e levando-se em consideração que essas experiências muitas vezes são mantidas por grupos ou associações informais, optou-se por não usar apenas o termo empreendimento de TBC. Vale destacar ainda que alguns grupos são responsáveis ou estão presentes em mais de uma experiência, o que, na realidade, reduz o número total de atores que compõem o TBC no estado do Rio de Janeiro.

Com relação ao cruzamento dos dados do CADSOL e da base do TBC, apenas uma das 36 experiências está também cadastrada como empreendimento econômico solidário, a Aldeia Indígena Sapukai, localizada em Angra dos Reis. No entanto, por ter apontado, no sistema do CADSOL, apenas a produção artesanal de bijuterias como atividade econômica desenvolvida, a Aldeia não foi contabilizada no Quadro 3, uma vez que o setor de artesanato não está na lista das atividades características do turismo, como já discutido anteriormente.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

6. Considerações finais

Com o objetivo de mapear a relação entre a Ecosol e o TBC e identificar as possíveis conexões no estado do Rio de Janeiro (RJ), neste trabalho, identificam-se os empreendimentos econômicos solidários e de turismo de base comunitária inseridos nesse estado, realiza-se a análise da inserção do turismo no movimento da Ecosol, e discutem-se possíveis contribuições desse movimento para o fortalecimento e a expansão do TBC.

Com base nos resultados apresentados na seção anterior, é possível afirmar que existem inúmeras aproximações teóricas entre a Ecosol e o TBC, com destaque para a crítica ao modelo econômico capitalista vigente e para os princípios comuns entre os movimentos. Mas o TBC não está de fato representado no movimento da Ecosol, uma vez que: a) empreendimentos/experiências de TBC não estão presentes e não têm voz nos espaços de articulação do movimento da Ecosol, b) pautas de TBC não ganham aderência às reivindicações do movimento de Ecosol, c) empreendimentos/experiências de TBC não são naturalmente reconhecidos como empreendimentos econômicos solidários e não estão inseridos no CADSOL, d) tema do TBC não está presente na agenda de políticas públicas da economia solidária.

No entanto, fica também evidente que o próprio movimento de TBC reconhece-se como economia solidária, o que foi recentemente reafirmado na Declaração de Salvador (2018). Apesar de o TBC ser ainda um movimento em construção, vale destacar que ele vem-se articulando por meio da participação de representantes da Rede Turisol em eventos acadêmicos que envolvem discussões vinculadas aos princípios do TBC e, recentemente, em março de 2018, a Rede esteve ante a organização do II Fórum Global sobre Turismo Sustentável, durante a última edição do Fórum Social Mundial (eixo de democratização da Economia). Nesse evento, houve participação de oitenta pessoas, representando 67 organizações de nove países, o que resultou na publicação da *Declaração de Salvador*. Nesse Fórum, os participantes entenderam que todos ali presentes eram também membros da Rede Turisol, seja como empreendimentos/grupos, que lidam diretamente com o fenômeno do turismo de base comunitária, seja como apoiadores/universidades/ONG's/Poder Público, que vislumbram o crescimento de um movimento social, pautado na economia solidária, que tem por objetivo comum o fortalecimento do turismo enraizado na cooperação, na justa repartição de benefícios econômicos, na sustentabilidade ambiental e na valorização do trabalho autogestionário.

É preciso, portanto, que o movimento do TBC ultrapasse o limite do entendimento teórico de que está inserido em algo maior e comporte-se, na prática, como parte do movimento de Ecosol, marcando seu lugar nas ações em curso, em âmbitos estatal e social. Para tanto, na Declaração de Salvador, estão previstas ações, como criação de um grupo de comunicação por mídias sociais para as comunidades; realização do cadastro das iniciativas de TBC no CADSOL; criação de redes regionais para o fortalecimento local; aproximação das iniciativas de turismo comunitário com os grupos e ações da Ecosol.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Vale destacar ainda que a economia solidária é hoje muito mais forte no Brasil de que o turismo de base comunitária; conta com uma subsecretaria em âmbito federal, um histórico de políticas públicas, um sistema de informações, incubadoras tecnológicas vinculadas às universidades, além de ser um movimento social mais amplo e conhecido. Dessa forma, o TBC só tende a ganhar aproximando-se, na prática, da economia solidária.

No Rio de Janeiro, por exemplo, além dos fóruns de economia solidária, o movimento dispõe de representação nos governos municipal e estadual, por meio da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, no município do Rio de Janeiro, e da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Popular Solidária, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, as duas instâncias de poder têm atualmente convênios com a SENAES, para fomento à economia solidária, que se desdobram em ações, como a realização de cursos de formação em temas indicados pelo movimento, provisão de espaços físicos de comercialização, aquisição de equipamentos e materiais para a produção.

Em nível municipal, as feiras que compõem o Circuito Carioca de Economia Solidária poderiam ainda representar espaços de comercialização para os empreendimentos de TBC e de divulgação das experiências que vêm sendo organizadas, uma vez que esse costuma ser um dos principais gargalos enfrentados pelo turismo de base comunitária, constatado nos documentos produzidos pela Rede Turisol.

Espera-se que este artigo sirva de incentivo para que pesquisadores da área do TBC e agentes responsáveis por fomentar tais iniciativas busquem meios de vincular, cada vez mais, o turismo de base comunitária à economia solidária.

7. Referências

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: _____; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, p. 108-121, 2009.

_____; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. Plano Estadual de Economia Solidária. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Plano Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2015.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

- _____. **MINISTÉRIO DO TRABALHO. Economia solidária.** Disponível em:
<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- _____. **MINISTÉRIO DO TURISMO. Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária.**
Brasília, 2010.
- _____. **Atividades características do turismo.** Disponível em:
<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/paginas/showArq.php?id=187>. Acesso em: 6 fev. 2018.
- BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, vol. 3, n.º 1, p. 97-115, jun. 2012.
- FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 3, p. 172-190, dez. 2016.
- GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, vol. 12, n.º 1, p. 7-24, jun. 2013.
- _____. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. **BIB**. São Paulo, n.º 73, p. 5-20, set. 2012.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany; ECOSOL, Grupo. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. Economia solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Geoiंगा — Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, vol. 3, n.º 2, p. 100-124, 2011.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, p. 108-121, 2009.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; IRVING, Marta de Azevedo. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil — Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 4, p. 12-22, 2004.
- MIELKE, E. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária: relatório final**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA: CONEXÕES TEÓRICAS E OS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

SILVA, Katia. T. P.; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Breno S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 359-373, 2009.

SILVA, Thais do Nascimento; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; GOMEZ, Carla Pasa; PEREIRA, Luisa Cherem de Araújo. **Turismo de base comunitária: o agente indutor e as experiências do ministério do turismo (Edital 001/2008)**. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, dez. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Relações entre sociedade e estado na economia solidária**, 2008. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/relacoes-entre-sociedade-e-estado-na-economia-solidaria-paul-singer-2008/>. Acesso em: 4 abr. 2018.